O PRIMEIRO ANO PRIMÁRIO EM TEMPOS DE ESCOLA ATIVA: um estudo dos saberes elementares geométricos nos programas de ensino da região sudeste do Brasil

Juliana Chiarini Balbino Fernandes¹ Rosimeire Aparecida Soares Borges²

RESUMO

Este estudo teve por objetivo compreender como se configuraram os programas do primeiro ano primário para o ensino dos saberes elementares geométricos na região sudeste do Brasil, e ainda, conhecer as apropriações que foram feitas das propostas desse movimento por esses programas. A delimitação temporal é as décadas de 1930, 1940 e 1950, período em que estava vigente o Movimento da Escola Nova, que objetivou a renovação educacional e defendeu um novo modelo de ensino, em que o aluno passava a ser o centro do processo educativo. O estudo fundamentou-se nas ideias de Chervel (1990), Chartier (1991), Nóvoa (1998), Valente (2015), dentre outros. As indicações dos programas estudados foram na direção de um ensino dos saberes geométricos baseado na ação do aluno e no seu interesse. A resolução de problemas e o desenvolvimento de projetos poderiam auxiliar a criança na compreensão dos conceitos estudados. No entanto o que há de comum em todos esses programas é que prescreveram um ensino dos saberes elementares geométricos pautado nas finalidades de objetivo decorrentes das propostas escolanovistas que se resumiram em uma finalidade essencial, a de preparar a criança para a vida depois de quatro anos de estudos na escola primária.

Palavras-chave: Programas de Ensino. Ensino Primário. Saberes Elementares Geométricos. Movimento da Escola Nova.

ABSTRACT

This study aimed to understand how the programs of the first grade for the teaching of elementary geometric knowledge in southeastern Brazil were configured, and identify the appropriations that such programs made of the movement's proposals. The temporal delimitation is the 1930s, 1940s and 1950s, when the New School Movement that aimed to educational renewal and defended a new teaching model in which the student was the center of the educational process was in effect. The study was based on the ideas of Chervel (1990), Chartier (1991), Nóvoa (1998) and Valente (2015), among others. The indications of the programs studied were in the direction of a teaching of geometric knowledge based on the action of the students and their interest. The problem solving and development of projects could assist the child in understanding the concepts studied. However, what is common in all these programs is that they prescribed a teaching of elementary geometric knowledge guided by the purposes arising from the New School proposals, which were

¹Docente da Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência - UNIFESP. E-mail: <u>juliana-chiarini@hotmail.com</u>.

²Docente do Mestrado em Educação da Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS. E-mail: rasborges3@gmail.com.

summarized in an essential purpose, to prepare the child for life after four years of studies in elementary school.

Keywords: Learning Programs. Elementary school. Elementary geometrical knowledge. Movement of New School.

INTRODUÇÃO

Os fatos históricos são construídos a partir das ações do historiador em traços deixados no presente pelo passado (Valente, 2010). A distinção entre passado e presente é uma operação fundamental, pois, "o passado aparece reconstruído em função do presente, da mesma forma que o presente é explicado em função do passado. Há uma interação entre eles" (Le Goff, 1984, pp. 305-307).

A abordagem e os métodos de ensino das disciplinas passam por transformações ao longo das épocas. Desse modo, tratando-se do ensino de matemática, não se pode em estudos históricos, separar o estudo do passado, do presente e do futuro. Assim, buscou-se compreender, neste estudo, como se configuraram os programas do primeiro ano primário para o ensino de matemática, especificamente o ensino dos saberes elementares geométricos e, ainda, buscou-se conhecer as apropriações que foram feitas das propostas reformistas da Escola Nova por esses programas. Ao pensar essa possibilidade de análises, uma questão foi colocada: como o passado é mobilizado para dar confiabilidade a emergência de novos modos de pensar o ensino dos saberes elementares geométricos para o primeiro ano do curso primário nas décadas de 1930,1940 e 1950?³

A relevância deste estudo se evidencia pelo fato de pesquisas na área da história da educação matemática nas séries iniciais ainda serem escassas e de que investigações nessa área podem acrescentar contribuições para esse campo científico, especialmente local e regional (Valente, 2015).

Nesse período, no Brasil estava vigente o Movimento da Escola Nova ou Escola Ativa ou ainda chamado por escolanovismo, um movimento de renovação educacional, baseado no desenvolvimento da psicologia infantil, que defendia a liberdade das crianças e

³ Esse tema é o núcleo de um projeto "A constituição dos saberes elementares matemáticos: a Aritmética, a Geometria e o Desenho em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970" que está sendo desenvolvido no Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática no Brasil (GHEMAT).

a relevância dada "às características da personalidade de cada uma, nas várias fases de seu desenvolvimento, colocando o 'interesse' como o principal motor de aprendizagem". Era uma verdadeira revolução na qual "o centro da educação e da atividade escolar passava a ser a criança, com suas características próprias e seus interesses e não mais a vontade imposta do educador" (Lemme, 2005, p. 167).

Esse Movimento contou com diversos grupos que intentavam inovar os conceitos e metodologias de ensino no campo pedagógico. A Escola Nova buscou uma transformação da sociedade e do país. As propostas reformistas foram disseminadas para os professores, por meio dos periódicos pedagógicos, impressos de leitura e manuais didáticos, fazendo parte de uma cultura pedagógica cada vez menos focada na discussão de princípios e finalidades educacionais e sim, direcionada para os métodos de ensino e técnicas voltados para uma elite intelectual e política brasileira (Saviani, 2009).

Esse movimento de renovação educacional considerou a educação como o eixo da questão pedagógica do intelecto para o sentimento, do lógico para o psicológico, da cognição para os processos pedagógicos, do esforço para o interesse, da disciplina para a espontaneidade, da quantidade para a qualidade. Dessa forma, o importante não era aprender, mas "aprender a aprender". Nessa perspectiva, o professor estimularia, mas a iniciativa seria dos alunos. Assim, "a feição das escolas mudaria seu aspecto sombrio, disciplinado, silencioso e de paredes opacas, assumindo um ar alegre, movimentado, barulhento e multicolorido" (Saviani, 2009, pp. 8-9).

Nessa nova escola, as metodologias de ensino se voltariam para uma ação educativa que pensasse em uma formação mais humana para o aluno. As novas propostas pedagógicas do escolanovismo, como centros de interesse e métodos de projeto, estavam relacionados a ação participativa da criança na construção do conhecimento (Vidal, 2013). Nessa renovação da educação deveria haver um rompimento nos modos considerados tradicionais. Havia a necessidade de outros métodos e programas. A resolução de problemas que emergissem da vida da criança, de situações reais que possibilitassem o desenvolvimento do raciocínio e a capacidade de aprender foi defendida (Valente, 2016). Mudava o papel do professor e a posição do aluno no processo educativo "[...] a criança deve ser o centro do ensino. O saber psicológico surge como condutor da pedagogia. Depois da memorização, da aprendizagem pelos sentidos, chegou a hora do processo de ensino considerar a ação" (Leme da Silva & Valente, 2013, p. 864).

Com a incorporação dos conhecimentos oriundos da psicologia de base fisiológica, estatística e biológica, tinha-se a intenção de caracterizar melhor a infância e logo o adulto. Ao estabelecer as constantes relacionadas ao desenvolvimento, dentre eles, os estágios de maturação e a identificação das diferenças individuais, buscava-se a renovação das técnicas de ensino; e com "a incorporação da explicação sociológica, firmava-se a tese da influência da sociedade na formação dos sentimentos e da personalidade humana" (Monarcha, 2009, p. 45).

O Movimento da Escola Nova no Brasil foi alavancado na década de 1920 por educadores que objetivavam reconstruir a educação no país. Em 1932 foi publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que defendeu a implantação, pelo Estado, da escola comum ou única com os princípios básicos: "laicidade, gratuidade e obrigatoriedade". A educação seria vista pela lente filosófica, sociológica e psicológica (Azevedo et al, 2010). Esse Manifesto trouxe um discurso focado em uma escola nova vista por outro ângulo: que permitisse às crianças um ambiente natural, com dinamicidade, integrada à comunidade. Esse novo tipo de escola deveria beneficiar uma troca de experiências entre os alunos por meio de atividades espontâneas que fossem ao encontro das necessidades por eles apresentadas (Azevedo et al, 2010).

Em suma, o movimento Escola Nova se opunha ao considerado pedagógico pela escola tradicional. A ruptura entre o moderno e o novo se relacionava às frentes culturais, um momento em que se repensou na formação dos indivíduos em acordo com o crescimento industrial, tecnológico e cultural e as novas formas de vida social.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Este estudo tem abordagem histórico-comparativa. Segundo Nóvoa (1998) o estudo comparativo pode orientar as ações e os pensamentos educacionais, se constituindo em um meio de compreensão do outro. A comparação na área da Educação consiste em "uma história de sentidos e não um arranjo sistematizado de fatos: os sentidos que as diferentes comunidades dão às suas ações e que lhes permitem construir e reconstruir o mundo" (Nóvoa, 1998, p. 83).

Um estudo histórico-comparativo das modificações sofridas pelos saberes elementares geométricos nas décadas de 1930, 1940 e 1950, tomando como foco os programas de ensino publicados na região sudeste do Brasil nesse período, pode auxiliar na compreensão de como que esses saberes foram postos para o primeiro ano do ensino primário e que apropriações foram feitas das propostas escolanovistas por esses programas.

Os estudos comparativos podem auxiliar o historiador em discussões amplas relacionadas à história. A produção comparativa, sendo nacional, traz aos historiadores enormes dificuldades no comparatismo, visto que muitas vezes são obrigados a emitir juízo de valor na ação de comparar, o que ocorre quando os historiadores entendem que apenas poderão comparar o que é comparável (Valente, 2006). Para Nunes (2001) a história comparativa deve ser entendida em um contexto em que haja a necessidade de comparar culturas escolares, visando à produção de novos conhecimentos históricos, e consequentemente proceder à construção dos comparáveis. Para Detienne (2000), a construção de comparáveis implica em considerar o conjunto das representações culturais das sociedades do passado, tanto as mais distantes quanto as mais próximas. De acordo com Valente:

[....] o ato de investigar a cultura escolar, de estudar historicamente os processos de sua constituição e desenvolvimento vem se transformando no cerne dos estudos históricos da educação, numa perspectiva que poderíamos denominar "nova história da educação". Isso leva a considerar que, no âmbito dessa abordagem teórica, os estudos históricos comparativos da educação impõem ao pesquisador a tarefa de comparar culturas: culturas escolares.

(Valente, 2006, p. 24)

Diferentes culturas escolares em diferentes estados da região sudeste brasileira foram o foco deste estudo histórico-comparativo. Para Chervel (1990), o contexto político e social influencia os movimentos de reforma educacional e gera alterações no direcionamento das disciplinas escolares. Assim, o peso específico dos conteúdos apresentados em cada disciplina constitui-se em uma variável histórica, cujo estudo tem fundamental papel na história das disciplinas escolares. Em específico, ressalva-se que este estudo, embora considere o nível primário de ensino onde é problemático abordar os ensináveis como disciplinas, tomará os estudos de Chervel (1990), que muito podem

auxiliar na compreensão do ensino dos saberes elementares geométricos no primeiro ano primário nesse nível de ensino.

De acordo com Chervel (1990) esses períodos de reforma são momentos privilegiados para o historiador devido à massa documental produzida, de acordo com os novos objetivos atribuídos pela conjuntura política ou em função da renovação do sistema educacional. Sendo as disciplinas escolares criações espontâneas e originais do sistema escolar, estudar as disciplinas escolares tem sido de interesse dos historiadores, visto que, a sociedade impõe suas finalidades à escola que, por sua vez, busca na sociedade apoio para criar essas disciplinas. Desse modo, é em torno dessas finalidades que se estabelecem as políticas educacionais, os planos e os programas de ensino.

Como fontes privilegiadas para este estudo, conforme já referido, foram selecionados os programas de ensino publicados em diferentes estados brasileiros da região sudeste, especificamente as partes dedicadas aos saberes geométricos para o primeiro ano primário. Segundo Goodson (1997), os programas de ensino consistem em dispositivos de prescrição e ordenação do conhecimento escolar, acompanhando de forma publica o processo de configuração e organização pedagógica. Trazem no bojo os objetivos, valores e escolhas, bem como as concepções pedagógicas próprias de cada período histórico. São, portanto, uma referência para os professores e área educacional, visto que apontam uma diversidade de apropriações das propostas legitimadas pela legislação.

Toma-se também como fundamento as contribuições da história cultural. O deslocamento de territórios considerados pelos historiadores e a ampliação do universo temático coloca novos questionamentos, análises e conceitos. Chartier (1991) afirma que o pesquisador se utiliza do conceito de representação, cuja perspectiva, vê o mundo real representado de acordo com as determinações dos grupos sociais. A história cultural do social considera a compreensão das representações do mundo social, as quais refletem as posições e interesses dos atores sociais, que confrontadas pelo historiador podem delinear a sociedade, objeto de seu estudo. Nessa direção, as representações inscritas nos programas de ensino, publicados nesse período, podem trazer as apropriações que seus elaboradores fizeram das propostas do movimento escolanovista para alcançar os professores, saberes técnicos que constituem um recurso específico para a história das apropriações.

Nesta investigação serão consideradas as ideias de Le Goff (1992) para quem, a leitura dos documentos não pode ser realizada com ideias pré-concebidas. Para esse autor,

a leitura do historiador deverá tirar dos documentos o que esses documentos contêm e não pode acrescentar a esses documentos o que não contêm. O historiador deverá se manter sempre o mais próximo possível desses textos.

O PROGRAMA DO PRIMÁRIO DE SÃO PAULO (1934)

O Programa de Ensino dos Grupos Escolares do Estado de São Paulo⁴ trouxe em anexo o Programa Mínimo para o Curso Primário, publicado pela Secretaria da Educação e da Saúde Pública, em dezembro de 1934. Além da apresentação, esse programa mínimo aborda as seguintes matérias de ensino: Expressão (leitura), Linguagem Oral, Linguagem Escrita, Desenho, Trabalho Manuais, Música, Iniciação Matemática (Cálculo), Formas e Noções Comuns. Em cada uma dessas matérias esse programa traz sugestões para seu desenvolvimento em sala de aula.

Na matéria de ensino "Desenho" foram sugeridos desenhos espontâneos realizados com lápis preto ou colorido. A indicação foi para que alunos realizassem desenhos das memórias de objetos do cotidiano. Ainda, desenhos livres que ilustrassem os trabalhos realizados pelos alunos e histórias, e ainda, contornos de objetos (São Paulo, 1934). Em "Trabalhos Manuais" foram apresentadas sugestões de atividades envolvendo o recorte de pedaços de papel em criações de arranjos decorativos. Poderiam os alunos realizarem exercícios simples de tecelagem e dobraduras na construção de diferenciados objetos em papel cartão. E ainda atividades envolvendo a modelagem de flores, frutas, sólidos geométricos, dentre outros, em plastilina ou barro. Para as meninas, foi sugerido o estudo dos pontos de crochê para que elas pudessem criar objetos (São Paulo, 1934).

Na matéria de ensino "Iniciação Matemática" os alunos poderiam realizar exercícios "com o auxílio de tornos, tabuinhas, sementes, desenhos, estampas, etc.". O estudo das quatro operações aritméticas, envolvendo números de 1 a 10 e a noção intuitiva de metade, terço e quarto poderia ser feito com auxílio de materiais concretos, com a contagem direta de objetos ou grupo de objetos de 1 em 1, 2 em 2, 3 em 3, até o número 20 e em ordem crescente ou decrescente até o número 100 (São Paulo, 1934). Em "Formas" foi sugerido o estudo dos sólidos geométricos como: esfera, cubo, cilindro e prisma; e a

⁴ Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/99652.

comparação desses sólidos entre eles e com objetos do cotidiano. A construção desses sólidos deveria ser realizada com materiais concretos como o barro e o cartão (São Paulo, 1934).

Nota-se que as atividades indicadas por esse programa, para o estudo dessas quatro matérias de ensino, além de abordarem os saberes elementares geométricos, trazem a indicação veemente de atividades privilegiando a ação das crianças, uma característica das propostas reformistas da Escola Nova. A criança deveria ser o centro do ensino e dela seriam as ações (Valente, 2016). Ao professor caberia manter o ensino primário experimental adaptado ao meio em que a criança vivia em obediência aos ideais da escola moderna. Essas indicações veem ao encontro da educação defendida nesse período, aquela que privilegiasse os sentidos e a aplicação das leis da natureza, de forma a propiciar aos alunos uma percepção sensível em ações exercidas nas atividades realizadas.

O PROGRAMA DO PRIMÁRIO DO ESPÍRITO SANTO (1936)

O Programa de Ensino para Grupos Escolares, Escolas Reunidas e Escolas Isoladas do Estado do Espírito Santo⁵ foi publicado pela Secretaria da Educação e Saúde Pública no ano de 1936. Esse programa abordava as seguintes matérias de ensino: Língua Vernácula, Aritmética, Geografia, História Pátria (Civismo e Patriotismo), Geometria e Trabalhos Manuais.

Nesse programa, no que se refere a matéria de ensino "Aritmética" para o primeiro ano primário, foi evidenciada a importância dos saberes elementares geométricos como uma de suas aplicações. O professor deveria atender aos interesses das crianças e ao seu desenvolvimento mental. Os conhecimentos pré-escolares deveriam ser valorizados e os alunos aprenderiam através dos aspectos vivenciados em seu ambiente natural, o que implicava desprezar aquele ensino mecanizado, memorizado e empírico. Os conteúdos abstratos deveriam ser associados com objetos reais que despertassem o interesse dos alunos (Espírito Santo, 1936).

Nessa matéria de ensino o professor deveria utilizar objetos, como: bolas de vidro, bastões, cartões coloridos, figuras geométricas, tabuinhas, coleções de figurinhas, garrafas

⁵ Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114992.

para medir, fitas métricas, etc., para que as crianças efetuassem contagens e medições. Dessa forma, por meio da resolução de problemas do cotidiano, o aluno estabeleceria uma relação entre as operações fundamentais e as grandezas estudadas. Foram indicadas atividades de agrupamentos dos objetos em número, em ordem crescente e decrescente e comparações entre esses agrupamentos, de tal modo que os alunos pudessem compreender as noções de "mais, menos, menor, pouco, muito grande, pequeno, etc.". Esses objetos seriam agrupados de 1 em 1, de 2 em 2, 3 em 3, e assim até o número 100 (Espírito Santo, 1936, p. 21).

Outras sugestões foram de atividades em que os alunos efetuassem medidas dos objetos em sala de aula, como: mesa, quadro negro, comprimento e largura da sala de aula, por exemplo, e estabelecessem relações entre essas medidas. Para a fixação da aprendizagem, poderiam os alunos resolver uma série de exercícios que englobassem a escrita e o desenho dos números de 1 a 10 em cartão ou em chapas, e na sequência registrariamesses números no caderno e no quadro negro.

A matéria de ensino "Geometria", para o primeiro ano primário, inicia com indicação do estudo dos sólidos geométricos, com proposta de atividades que utilizassem objetos encontrados na natureza e na indústria, com características semelhantes, tais como: "esfera (bolas, frutas, sabonetes, etc.); cubo (dados, caixas, etc.); cilindro (lápis, chaminés, bambus, canetas, rolos, mastros, etc.)" (Espírito Santo, 1936, p. 26). Como indicações de metodologias de ensino, situações em que os alunos pudessem observar as semelhanças e diferenças entre essas figuras geométricas e como poderiam desenhar e montar esses sólidos geométricos. Foram indicadas também atividades como esticar cordões e afrouxálos e estender, curvar e armar pedaços de arame, enrolando-os em um lápis, por exemplo. Após, deveriam ser ensinadas as semelhanças das figuras construídas com as figuras da sala de aula.

Ainda como orientações constantes nesse programa, o traçado dos sólidos geométricos poderia ser realizado com lápis ou giz em cartolina ou papel colorido, que seriam recortados e colados em um álbum, chamado "Estudo das linhas em definições". Esse álbum apresentaria os desenhos de casas, hortas, jardins e outros assuntos, relacionados com as aplicações de linhas pelos alunos. Poderiam ainda montar em papelão ou madeira as figuras geométricas estudadas e através de projetos armariam papagaios de

papel, balões, etc., que serviriam para a aplicação em brinquedos e exercícios que os alunos poderiam realizar no pátio da escola.

Para o primeiro ano primário na matéria "Trabalhos Manuais", sugestões de exercícios que utilizassem paus e botões, construções de barcos de papel, chapéus, copos, casas, passarinhos, dentre outros. O cotidiano do aluno deveria ser valorizado. A sugestão foi que o professor auxiliasse os alunos, por meio de projetos, na construção de "jardins, estábulos, cocheiras, engenhos, monjolos, fazendas", e quaisquer outras situações que pudessem ser trabalhadas nas regiões em que residiam os alunos.

Observa-se que esse programa para o primeiro ano primário, aos moldes do programa do estado de São Paulo (1934) também privilegia a ação das crianças em atividades de seu interesse, ligadas ao seu cotidiano. No entanto, reflete duas outras características do escolanovismo que é o apelo a resolução de problemas relacionados à vida da criança e situações de aprendizagem guiadas por projetos. Nesse período, a educação deveria atender o interesse da criança (Lemme, 2005) e a resolução de problemas que emergissem de situações da vida real do aluno foi defendida por essa nova escola (Valente, 2016). Assim, a seleção e organização de atividades deveriam fazer sentido para o aluno e os problemas seriam elementos centrais na metodologia de projetos (Leme da Silva & Valente, 2013).

O PROGRAMA DO PRIMÁRIO DO RIO DE JANEIRO (1946)

O Ministério da Educação e Saúde do Estado do Rio de Janeiro⁶ regulamentou a Lei Orgânica do Ensino Primário pelo decreto – lei nº 8.529, em janeiro de 1946. O ensino primário abrangeria: o curso jardim de infância, que seria articulado com o curso primário elementar; o ensino primário elementar, destinado às crianças de sete a doze anos e o ensino primário supletivo, destinado aos adolescentes e adultos.

O ensino primário tinha por finalidade "proporcionar a iniciação cultural que a todos conduzia ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício das virtudes morais e cívicas que a mantinham e a engrandeciam, dentro de elevado espírito de Naturalidade humana" (Rio de Janeiro, 1946, p. 1); apresentar condições equilibradas de formação e

⁶ Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/116986.

ampliação de personalidade das crianças de sete a doze anos; e aumentar o nível de conhecimentos que seriam utilizados em suas vidas familiares, em defesa de sua saúde e introdução ao trabalho.

Em relação à estrutura, o curso primário elementar tinha duração de quatro anos e foram sugeridas as seguintes matérias de ensino: Leitura e linguagem oral e escrita; Iniciação Matemática; Geografia e História do Brasil; Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho; Desenho e trabalhos manuais; Canto orfeônico e Educação física. O curso primário complementar duraria apenas um ano e foram estabelecidas as seguintes matérias de ensino: Leitura e linguagem oral e escrita; Aritmética e Geometria; Geografia e História do Brasil, e noções de Geografia geral e História da América; Ciências naturais e higiene; Conhecimentos das atividades econômicas da região; Desenho; Trabalhos manuais e práticas educativas referentes às atividades econômicas da região; Canto orfeônico e Educação física. As meninas aprenderiam noções de economia doméstica e puericultura (Rio de Janeiro, 1946).

Nesse programa não foram apresentadas indicações ou sugestões de metodologias de ensino dos conteúdos do curso primário. No entanto, nota-se nas orientações gerais para esse nível de ensino, indícios das propostas reformistas da escola nova. O ensino deveria se dar de modo graduado e sistemático de acordo com os interesses naturais das crianças. Tomar como base didática as atividades dos alunos apoiando-se na realidade por elas vivida, com vistas em uma melhor compreensão, de modo que desenvolvesse a cooperação e a solidariedade entre os alunos. Foi um período em que se valorizou o interesse do aluno no processo de ensino e a criança em si, quando foi defendiam a influência da sociedade na formação da personalidade humana (Monarcha, 2009). Desse modo, a criança deveria aprender por meio de suas ações baseadas nas condições reais da sua vida, ou seja, em situações em que as atividades fossem determinadas pelo seu interesse (Vasconcelos, 1996).

O PROGRAMA DO PRIMÁRIO DE MINAS GERAIS (1957)

O Programa de Ensino Primário Elementar do Estado de Minas Gerais⁷ foi publicado em 1957, pela imprensa oficial de Belo Horizonte. Nesse programa, foram abordadas as matérias de ensino: Moral e Civismo; Religião; Língua Pátria; Aritmética e Geometria; Geografía; História do Brasil; Ciências Naturais, Higiene e Puericultura; Desenho e Trabalhos Manuais; Música e Educação Física (Minas Gerais, 1957).

No que se refere à Aritmética e à Geometria foi apresentada a relevância da noção trazida pela criança, com indicação de trabalhos escolares desenvolvidos por meio de problemas. Em Geometria, poderiam resolver situações diversificadas relacionadas aos trabalhos manuais e trabalhos agrícolas (Minas Gerais, 1957).

No primeiro semestre do primeiro ano do ensino primário, as atividades abordadas com os alunos, envolvendo saberes elementares geométricos, deveriam ser problemas que desenvolvessem na criança a noção de tamanho, disposição, forma e distância. Para o segundo semestre as atividades deveriam ser a resolução de problemas com a aplicação do conhecimento de círculo e quadrado, além de problemas simples utilizando as medidas estudadas. Também foi sugerida a montagem da loja escolar, que poderia possibilitar o desenvolvimento da atenção, do raciocínio, a formação de hábitos, percepção, concretização de ideias e atitudes (Minas Gerais, 1957, p. 141-145).

Tem-se assim, nesse Programa para o primeiro ano primário, uma atenção dada a resolução de problemas envolvendo os conhecimentos geométricos. Embora já estivesse em meados dos anos 1950, a resolução de problemas da vida da criança figurava nas indicações desse programa. Os alunos utilizariam os conhecimentos geométricos para a sua resolução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período em estudo, os estados pertencentes à região sudeste do Brasil, seguindo os rumos tomados pela educação nacional, elaboraram programas para a escola primária. Tal como Chervel (1990) aponta, nesses períodos de reforma, o sistema escolar

⁷ Disponível em https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/124732.

apresenta as modificações da cultura escolar e suas adaptações à cultura da sociedade. Retomando o objetivo deste estudo, intentou compreender como se configuraram os programas do primeiro ano primário para o ensino dos saberes escolares geométricos e que apropriações foram feitas das propostas reformistas da Escola Nova por esses programas.

Após estudo, observações e intersecções, foi realizada a busca de semelhanças e diferenças para a construção de comparáveis que pudessem auxiliar no conhecimento das apropriações que esses programas fizeram das propostas do Movimento da Escola Nova, observando Chartier (1991).

Em todos os estados da região sudeste do Brasil, os programas de ensino para o primeiro ano do ensino primário analisados trouxeram instruções para que os alunos pudessem relacionar os saberes elementares geométricos ao seu cotidiano. Os alunos precisavam compreender a geometria da vida e para a vida. A aprendizagem dos conteúdos geométricos por parte dos alunos deveria se dar de forma espontânea, respeitando a individualidade de cada aluno. A criança era vista como centro do processo educativo, a formação seria mais humana e para a vida, uma das finalidades do ensino nesse período, uma das características da Escola Nova.

Outro ponto frequentemente enfatizado nesses programas é que fosse realizado um ensino com atividades de observação e experimentação por parte do aluno, ligadas ao seu interesse e à sua vida. Foi um período em que se defendeu atividades escolares capazes de atender aos interesses das crianças (Monarcha, 2009).

Pela lente de cada década em estudo, a começar pelos programas de ensino do primeiro ano primário publicados na década de 1930, observa-se uma influência da pedagogia da Escola Nova nas propostas para a sala de aula. Os saberes elementares geométricos deveriam ser ensinados por meio de atividades que tivessem relação com a vida da criança. Nas diversas propostas apresentadas para os alunos, nota-se uma preocupação com a criança e sua compreensão dos conceitos estudados, com a sua aprendizagem. As sugestões evidenciaram as ações dos alunos, bem como o ensino baseado em problemas de acordo com o interesse dos alunos e por meio projetos que envolvessem situações de seu cotidiano. Esses programas evidenciam que a criança, evidentemente, estava sendo considerada o centro do processo educativo. Foi um período influenciado pelas bases psicológicas da educação infantil (Lemme, 2005). Nesse período também, nota-se as primeiras atividades manuais destinadas às meninas, o que difere a

Escola Nova é justamente essa influência dos trabalhos manuais nas atividades escolares, segundo Monarcha (2009).

Nos programas de ensino para o primeiro ano do ensino primário publicados nas décadas de 1940 e 1950, os saberes elementares geométricos deveriam ser ensinados às crianças por meio de experimentações e manipulação de objetos, quando ela deveria ter liberdade para observar, pensar, estabelecer relações entre os objetos e com sua vida. Atividades acordadas aos seus interesses poderiam auxiliar na sua compreensão dos conceitos estudados. As atividades manuais se voltariam para as atividades de construção, por meio de projetos, os alunos seriam colocados em contato com o ambiente em que viviam. O Programa de Minas Gerais (1957) deu continuidade ao discurso defendendo a resolução de problemas como um meio eficaz no ensino.

Neste ponto, pode-se dizer que, este estudo histórico-comparativo dos programas de ensino de diferentes estados brasileiros da região sudeste nas décadas de 1930, 1940 e 1950, para os saberes elementares geométricos presentes na escola primária, no período do Movimento da Escola Nova, permitiu compreender que a indicação, o tempo todo, foi para um curso primário que abordasse uma geometria relacionada à vida prática das crianças. E esses programas, por sua vez, cumpririam seu papel, a prescrição de um ensino dos saberes elementares geométricos, pautado nas finalidades de objetivo decorrentes das propostas escolanovistas que se resumiram em uma finalidade essencial, a de preparar a criança para a vida depois de quatro anos de estudos na escola primária.

REFERÊNCIAS

Azevedo, F. et al. (2010). *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana (Coleção Educadores).

Chartier, R. (1991). O mundo como representação. *Estudos avançados*. São Paulo: IEA-USP.

Chervel, A. (1990). História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Aprendizagem*, Porto Alegre, 2.

Detienne, M. (2000). Comparer l'incomparable. Paris: Éditions du Seuil.

Espírito Santo. (1936). Secretaria da Educação e Saúde Pública. Estado de Espírito Santo. Resolução nº 892, de 22 de agosto de 1936, ES. *Aprova o Programa de Ensino para Grupos Escolares, Escolas Reunidas e Escolas Isoladas*. Fonte: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114992.

Goodson, I. F. (1997). A construção social do currículo. Lisboa: Educa.

Le Goff, J. (1984). Passado / Presente. *Enciclopédia Einaudi*. Porto. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1. Memória e História.

Le Goff, J. (1992). *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp.

Leme da Silva, M. C. &Valente, W. R. (2013). Uma breve história do ensinar e aprender matemática nos anos iniciais: uma contribuição para a formação de professores. *Educação Matemática em Pesquisa*, São Paulo, Número Especial, 15, 857-871.

Lemme, P. (2005). O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 86 (212).

Minas Gerais. (1957). Secretaria de Educação. Estado de Minas Gerais. *Programa ensino primário elementar*. 2 ed. Belo Horizonte: Impressa Oficial. Fonte: http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/124732.

Monarcha, C. (2009). *Brasil Arcaico, Escola nova:* ciências, técnica e utopia dos anos 1920-1930. São Paulo: Editora UNESP.

Nóvoa, A. (1998). *Histoire et Comparaison:* essais sur l'éducation. Lisboa: EDUCA. Nunes, C. (2001). História da educação e comparação: algumas interrogações. In: *Educação no Brasil:* história e historiografia. Campinas/SP: Autores Associados, SBHE.

Rio de Janeiro. (1946). Ministério da Educação e Saúde. Estado de Rio de Janeiro. Decreto-lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946, RJ. *Aprova a Lei Orgânica do Ensino Primário*. Fonte: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/116986.

São Paulo. (1934). Secretaria da Educação e da Saúde Pública. São Paulo. Comunicado nº 21 da Diretoria de Ensino, de 12 de dezembro de 1934, SP. *Aprova o Programas de Minimos para os Grupos Escolares*. Fonte: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/99652.

Saviani, D. (2009). Escola e democracia. Campinas: Autores Associados.

Valente, W. R. (2006). A Matemática Moderna nas escolas do Brasil: um tema para estudos históricos comparativos. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, 6 (18).

Valente, W. R. (2010). *A Educação Matemática na Escola de Primeiras Letras 1850-1960*: um inventário de fontes. [DVD]. São Paulo: GHEMAT/FAPESP.

Valente, W. R.; Bertini, L. de F.; & Carneiro, R. F. (2016). A Aritmética nos primeiros anos escolares: histórias e perspectivas atuais. *Coleção História da Matemática para Professores*. São Paulo: Livraria da Física.

Valente, W. R. (2015). A Matemática nos primeiros anos escolares: o desafío de escrever uma história da educação matemática comparativamente. *Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática*, 8.

Vasconcelos, M. S. (1996). *A difusão das ideias de Piaget no Brasil*. Coordenador Lino de Macedo. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Vidal, D. G. (2013). 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. *Educação e Pesquisa*, 39. Acesso em 15 de julho de 2016, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci arttext&pid=S1517-97022013000300002.